

A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL EM RIO GRANDE (RS) DURANTE O REGIME CIVIL-MILITAR

NILTON GARCIA SAINZ¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – niltonsainz@ig.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca o aprofundamento científico em uma área da Ciência Política que até agora foi pouco explorada. Trata-se de uma pesquisa voltada ao âmbito municipal, que busca analisar a relação do legislativo (Câmara de vereadores) com o executivo (Prefeito) em Rio Grande (RS) durante o regime civil-militar. O estudo permeia os anos de 1983 e 1985, possibilitando, assim, trabalhar com a atuação dos legisladores eleitos em 1982 até o final do período ditatorial (1985, quando ocorre eleição direta para prefeito na cidade). O trabalho limita-se a esta cidade porque ela foi considerada área de segurança nacional¹ durante a ditadura. O que explica tal condição geopolítica foram os investimentos ali aplicados durante a década de 1970, principalmente, durante o governo Médici, no chamado “milagre econômico” (SKIDMORE, 1988). Rio Grande também contava com as possibilidades estratégicas que o porto oferecia para os militares como demonstra Costa (2011, p. 1).

O fato de ser uma área de segurança nacional fez com que o município não tivesse eleições diretas para o chefe do executivo municipal. O prefeito era nomeado pelo poder executivo estadual, e aprovado pelo Presidente da República (NICOLAU, 2012). Já na esfera do legislativo, continuavam ocorrendo as eleições diretas para vereador. O eleitorado de Rio Grande segue a onda de descontentamento com o regime imposto, como demonstra pesquisas anteriores de Trindade e Noll (1991, p. 102). Mais precisamente, a partir dos anos 1970, entra em ascensão no Brasil o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e os municípios do Rio Grande do Sul seguem essa onda de comportamento eleitoral (TRINDADE; NOLL, 1991).

No pleito para o legislativo, durante o período proposto para estudo (1983-1985), os resultados de pesquisas anteriores mostram a tendência do eleitorado riograndino ser favorável à oposição (PMDB/PDT) (BARRETO, 2014), o que tornava a Câmara Municipal de Rio Grande um lugar de embates com os apoiadores do regime militar. Esses possíveis acirramentos entre a situação e a oposição, se davam pela divisão das cadeiras na câmara legislativa, onde a oposição tinha maioria (11) por conta de um representante a mais em relação ao PDS (10), partido herança do regime (BARRETO, 2014).

Em uma análise mais contextual e aberta, sabe-se que a política nacional e a sociedade civil passaram, principalmente nos primeiros momentos do regime, por uma forte repressão e controle político. Com isso se criam inicialmente dois partidos; a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do regime, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), uma oposição consentida e tolerada pelos militares. Dessa maneira, era possível por parte do autoritarismo militar colocar em ação os planos para desarticular setores de oposição. Uma primeira estratégia

¹ Expressão que surgiu nos Estados Unidos e ganhou mais força no fim da segunda guerra mundial com uma ideia de proteção de valores fundamentais para vitalidade do estado, com o intuito de defender a integridade física e territorial do Estado (BICUDO, 1984).

de desarticulação é a própria criação de uma oposição, assim tornando o cenário político aparentemente mais legítimo. Todavia, essa estratégia permitia que o regime mantivesse o controle sobre a oposição, e não permitia que algum grupo de bases populares fosse criado (TRINDADE, 1985). Esta artimanha dos militares foi fundamental para desarticulação da oposição, que era ampla maioria antes do golpe de 64, inclusive na cidade de Rio Grande (TRINDADE; NOLL, 1991).

Em 1980 um novo sistema partidário é instaurado, e com ele acontece a reorganização partidária no país. Os dois partidos vigentes antes do novo sistema partidário (MDB e Arena) são extintos. A Arena passa a ser o Partido Democrático Social (PDS), e o MDB passa a se chamar de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). E quatro novos partidos são criados: o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (LIMA JR, 1993). Na cidade de Rio Grande, apenas três dos seis partidos tiveram representação logo no primeiro pleito para a câmara legislativa (1982) realizado após a reorganização partidária; o PDS ocupava 10 cadeiras, além do PMDB, que ocupava 7 e do PDT, com 4 cadeiras, esses partidos de oposição (BARRETO, 2014).

Diante disto, este projeto busca entender como se dava a relação entre o executivo local, e sua posterior relação com os partidos atuantes na Câmara Municipal. Assim, a análise é feita em relação aos embates diretos em sessões da câmara e que ficam registrados oficialmente nas atas da câmara municipal. Com isso, por meio da fala dos vereadores, torna-se possível através das falas dos vereadores observar os seus posicionamentos em relação ao executivo municipal, e também em relação ao regime militar. Dessa forma, o estudo tem como objeto aprofundar o conhecimento em relação a esta oposição que era atuante em um município comandado pelos representantes do regime autoritário. Com isso, busca-se responder: a) a oposição em Rio Grande (na câmara legislativa) era ao prefeito e à ditadura (enxergando assim o prefeito como a face local do regime), ou b) a oposição era ao prefeito, porém, deixa de confrontar a ditadura (por questões de repressão, medo ou conveniência).

2. METODOLOGIA

Este estudo desenvolve-se na cidade de Rio Grande, visto que algumas características a diferenciam de outras cidades da região, como a condição de ser uma área de interesse nacional, tendo assim o prefeito escolhido pelo regime militar e antagonicamente apresentando uma câmara municipal com maioria opositora (BARRETO, 2014). O recorte histórico do projeto é o período de 1983 a 1985, correspondente a parte da legislatura que se desenvolveu de 1983 a 1988. Nesse recorte, relativo ao final da ditadura militar é possível observar a atuação de um prefeito nomeado (indicado em 1981) e a atuação de uma câmara municipal de maioria opositora, que foi eleita em 1982. Já em 1985 ocorre novas eleições (essas diretas) para prefeito (BARRETO, 2014).

A pesquisa parte de uma análise qualitativa das atas de sessões da câmara, assim revisando os embates registrados nelas. Esse material, está disponível na câmara municipal, sendo coletado por meio de um processo administrativo que solicitou ao presidente da câmara em atuação a liberação do material para pesquisa. Em conjunto a isso, a leitura e o aprofundamento na vasta literatura brasileira que trata sobre o período militar e de redemocratização do país.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, foram analisadas em torno de 20 páginas de sessões da câmara (6 atas), podendo assim trazer uma ideia inicial da realidade cotidiana vivida pelos vereadores da época. Com isso, algumas informações sobre os embates da época começam a surgir de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, e também, novas perguntas acerca dessa relação entre oposição e situação.

As análises feitas até agora demonstram que a oposição expõe duras críticas ao governo militar. Os vereadores do PMDB e PDT são aliados na hora de tecer críticas ao regime e levantam um sentimento de indignação nas suas falas. Frases como a do vereador Sergio Satt (PMDB): “o povo não quer compartilhar e dará uma resposta diferente a que o governo espera”, referindo-se às eleições e também à legitimidade do regime perante a sociedade. Elas são comuns nos discursos da oposição. Reforçando o sentimento de oposição, os legisladores ainda fazem questão de deixar claro que a oposição era crítica ao regime e denunciava, palavras essas do vereador Luiz Alberto Modernell (PMDB) em uma oportunidade na tribuna. Vale ressaltar também, que até o presente momento da pesquisa observou-se uma restrita participação de vereadores do PDS nos discursos registrados nas atas, ou seja, os representantes do partido descendente da Arena não buscam defender ou contrapor os discursos deferidos pela oposição.

Outra análise pertinente quanto a oposição, é o fato de representantes do PDT na casa relatarem críticas à atuação do PMDB, dizendo que o partido consentia com a política do regime militar, indicador de uma disputa pela condição de efetiva força oposicionista. Por outro lado, os representantes do PMDB parecem ser mais cautelosos na hora de criticar o PDT, pois seus representantes preferem afirmar a luta conjunta que os partidos têm contra um adversário em comum.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa, proporciona o conhecimento mais sistemático em torno da história política do Brasil e das relações dos poderes políticos em um período histórico no município de Rio Grande (RS) que até então é desconhecido. Período marcado por repressão política e de baixa transparência em torno dessas relações. É válido ressaltar também a busca pelo conhecimento que o estudo traz em âmbito municipal que acaba sendo pouco explorado.

Com a continuidade do desenvolvimento desse trabalho, é possível continuar esclarecendo o que foi o regime militar no Brasil em âmbito local, assim reforçando conhecimentos que já se tem sobre o período e revelando novos aprendizados em torno da política da época e também dos partidos que atuaram durante esse tempo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A.A.B. Os partidos e as eleições majoritárias de Pelotas e de Rio Grande (1982-2012). In DAL MOLIN, N.; FIGUEIREDO, C. A. S., (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande**. Porto Alegre: CirKula, 2014. Cap.3, p.79-143.

BICUDO, H. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

COSTA, L.B. "Todos os caminhos levam a Rio Grande". Desenvolvimento econômico, vigilância e repressão a serviço da legitimação do regime militar na década de 1970. In: **JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITATURAS E DIREITOS HUMANOS**, 1., Porto Alegre, 2011. **Anais** [recurso eletrônico] Porto Alegre: APERS, 2011. v.1. p.170.

LIMA JR, O.B. O processo eleitoral nos anos 80. In: LIMA JR, O.B (Org.) **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993, Cap.2, p. 37-64.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Castello a Tancredo (1964 – 1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TRINDADE, H. Partidos políticos e transição democrática: populismo/ Anti-populismo na política Brasileira. In: **REUNIÃO GT - ELITES POLÍTICAS**, São Paulo: 1985. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais. Aguas de São Pedro, 1985. p.1.

TRINDADE, H.; NOLL, M.I. **Rio Grande da América do Sul: Partidos e Eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.